

O mito da globalização: as possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos diante do sistema de poder mundial[□]

Cristina Fróes de Borja Reis[□] e Fernanda Graziella Cardoso[□]

Introdução

O presente artigo conta com três seções principais. A primeira trata da origem do movimento de internacionalização do capitalismo e descreve o funcionamento do Sistema Mundial. A segunda seção investiga como as grandes potências “chutam a escada” dos outros países e, com base em uma análise histórica-estrutural, coloca algumas estratégias de desenvolvimento que poderiam ser tomadas para o avanço econômico, levando ainda em consideração a “crucialidade dos condicionantes internos”,¹ com destaque para a coalizão social, o papel do Estado e das classes dominantes. Finalmente, as conclusões relacionam os principais aspectos abordados no texto.

1. Sistema Mundial (SM)

Os neo-marxistas acreditam que o Sistema Mundial² moderno baseia-se na competição intercapitalista e na existência de uma hierarquia de poder, sob comando de um líder, em cada ciclo hegemônico da história. O *hegemon* atua como desestabilizador do SM; o conceito de hegemonia não se trata de uma “gerência funcional” ou de uma “escolha democrática”, trata-se, ao contrário, de uma posição em disputa e conquista transitória – na qual vence o Estado mais poderoso.³

A compreensão das relações de poder internacional precisa superar a inconsistência entre as teorias da hegemonia - que preconizam a convergência econômica e a paz - e a prática – que revela-se exatamente oposta à teoria – para refletir sobre o desenvolvimento nacional. As sub-seções a seguir tratarão da origem e da formação dos Estados Nacionais para que, na seção dois, se analise como as economias periféricas podem reagir ao jogo de poder internacional no sentido de alcançar o desenvolvimento.⁴

1.1. Origem do Sistema Mundial baseado em Estados Nacionais

A formação dos Estados Nacionais pode ser compreendida pelas perspectivas da riqueza e do poder. No que se refere à riqueza, Fiori (2004) afirma que a acumulação primitiva na Europa derivou do comércio de longa-distância entre as “economias-mundo”⁵, onde acontecia o “jogo das trocas”. Pelo lado do poder, havia os espaços chamados “políticas-mundo”⁶, cujas disputas internas formavam o “jogo das guerras”. Os Estados e o capitalismo europeus nasceram, portanto, no mesmo território – o das “economias-mundo”. As guerras tiveram papel fundamental como força expansiva e integradora, sendo o instrumento preferido de acumulação de riqueza e poder. Elas obrigaram a estruturação interna do território e desenharam suas fronteiras, também requeridas pelo jogo das trocas. A guerra mais importante para o nascimento dos Estados nacionais foi a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), quando a França e a Inglaterra formaram suas identidades nacionais. Mas foi ao final da Guerra dos

[□]Esse texto é uma versão do artigo apresentado no VII Colóquio Latino Americano de Economistas Políticos organizado pela SEPLA em Caracas, novembro de 2007.

[□]Doutoranda do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (titireis@ie.ufrj.br).

[□]Mestranda do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (fernandacardoso@ie.ufrj.br).

¹ Cardoso e Reis (2007).

² Para Wallerstein (2004) o “*world-system*” trata-se de uma zona espacial/ temporal que recorta muitas unidades políticas e culturais e obedece à certas regras sistêmicas. O hífen serve para lembrar que os termos não se referem a sistemas, economias e impérios *do* mundo, mas sim, sistemas, economias e impérios *que são o* mundo.

³ Fiori, 2004, p.53.

⁴O presente trabalho concede papel central e necessário à industrialização para que se configure de fato o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico é um processo de mudança estrutural que permite elevar a produtividade do conjunto da economia através da acumulação de capital, sustentando altas taxas de crescimento no médio e longo prazo. Por mudança estrutural, entende-se a mudança dos coeficientes técnicos das funções de produção e da matriz insumo-produto de um país (Reis, 2008).

⁵ Fiori (2004) denomina “economias-mundo”, com base na definição de Ferdinand Braudel, os territórios com comércio intenso que reuniam um conjunto hierarquizado de vilas, com moeda privada e articulado por uma liderança. .

⁶ Fiori (2004) denomina “políticas-mundo” os territórios integrados e unificados por conflitos permanentes, onde um pólo obtém mais poder através da guerra.

Trinta Anos (1618-1648), com o acordo denominado “Paz de Westfália”, que se originou o “sistema político europeu”.

A importância das guerras deriva de que “aqueles que aplicam força substancial sobre seus camaradas obtêm condescendência, e dessa condescendência tiram múltiplas vantagens”.⁷ A guerra é a causa da expansão territorial, conforme afirma Elias (1993). Em que pese o seu contexto no SM, Elias afirma que a guerra é condição básica de sobrevivência das unidades imperiais, pois “a mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe, cai”.⁸ Na medida que as guerras geram vencedores e vencidos, as unidades de poder vão diminuindo, daí a conclusão usual de que a tendência é sobrar uma única unidade social monopolizante.

Fiori faz uma importante observação sobre o movimento de concentração e centralização de poder a partir das guerras: este não seria nem linear, nem irreversível. Sem embargo, as dimensões e os custos das guerras cresceram de forma exponencial. Por isso, a convergência entre o mundo da guerra e o mundo dos negócios se aprofundou de maneira crescente, de tal maneira que a própria guerra, do ponto de vista econômico, se transformou num grande negócio.

Contudo, tornar-se um único *imperium* não é interessante para o Estado hegemônico porque acabaria com o processo de acumulação de poder, o que significaria a entropia do *imperium*. Portanto, o estabilizador do SM não é o *hegemon*. A competição e a guerra - ou a possibilidade de guerra - é que são os estabilizadores. Segundo afirma Fiori (2004), “*este talvez seja o segredo mais bem guardado deste sistema: o próprio ‘poder expansivo’ é quem cria ou inventa, em última instância, os seus competidores e adversários, indispensáveis para a sua própria acumulação de poder*”.

A introdução da moeda estatal, de acordo com Elias, foi muito importante pois permitiu a centralização dos monopólios de poder, outrora muito segmentados. O autor afirma que o uso progressivo da moeda possibilitou ao processo formador de monopólios de dominação “a forma combinada de centralização dos impostos e de controle de todos os instrumentos que serviam à subjugação física”.⁹ Quanto mais recursos o poder central dispõe para guerrear, maior a probabilidade de vitória e conseqüente aquisição de mais poder e riqueza. A dívida pública e a aliança entre os chefes de Estado e o sistema financeiro tornam-se, então, essenciais armas de guerra. O encontro entre os proprietários do dinheiro e os proprietários do poder é a origem real do capitalismo, junto com os lucros extraordinários da guerra, “por cima da economia de mercado onde se produzem e acumulam os ‘lucros normais’”.¹⁰ O incremento inicial do sistema capitalista se dá através da mais valia política, que é a capacidade do poder se multiplicar, usando a (preparação da) guerra como via principal. Neste caso, a palavra preparação faz toda a diferença, porque se a ameaça de guerra for suficiente para a expansão do poder, não haverá grande perda de recursos relativamente ao que aconteceria se a guerra se consumasse.

Em síntese, Fiori descreve os processos de concentração de poder e riqueza da seguinte maneira:¹¹

P – D – P’: O poder (P) busca mais poder através da (preparação da) guerra e financiado pelo dinheiro (D).

D – P – D’: A conquista do território permite acumulação de mais dinheiro.

D – D’: Acumulação de dinheiro transforma-o em capital.

P – P’: Acumulação de poder.

Os processos de concentração e centralização da riqueza mantêm uma relação “virtuosa” tal que possibilitou ao “jogo das guerras” combinar-se com o “jogo das trocas” para originar a economia capitalista.

A partir da constituição das “economias-estados nacionais” iniciou-se o movimento de internacionalização do capital. Essas unidades de poder e riqueza possuíam moeda, exército e identidade próprios. Além disso, a dívida pública e o sistema de crédito eram nacionalizados. Uma vez colocadas a homogeneização interna dos Estados nacionais¹² e a necessidade de expandir sua acumulação de poder e, por conseguinte, de riqueza - porque “quem não sobe, cai” - é que surge o impulso internacionalizante do capital.

⁷ Tilly, 1996, p. 127.

⁸ Elias, 1993, p. 134.

⁹ Elias, 1994, p. 135.

¹⁰ Fiori, 2004, p. 31.

¹¹ Fiori adapta a fórmula geral do capital de Marx D-M-D’ (onde M é mercadoria).

¹² Identidade nacional, exército, moeda, dívida pública e sistema de crédito.

Em resumo, desde a formação dos Estados sempre existiu um conflito central que atua como eixo organizador do sistema. Há períodos de contraposição ou de complementaridade entre os Estados e há, também, uma polaridade que funciona como uma “negarquia” e impede o uso abusivo do poder.¹³ A armação do eixo central do SM é melhor desenvolvida na próxima subseção.

1.2. Funcionamento do Sistema Mundial

Uma vez constituídos os Estados-economias nacionais e postas as competições política e econômica entre eles, vem à tona o paradoxo de que, se a “destruição” dos adversários for efetuada, não haverá mais meio nem para continuar o processo de acumulação de poder, nem o de riqueza. Retomando a observação de Hilferding de que o capital financeiro tem um triplice objetivo - a criação de um território econômico o mais vasto possível, a defesa de tal território por meio de barreiras aduaneiras e a sua transformação em campo de exploração para os monopólios do país -, Fiori (2004) destaca que, do ponto de vista capitalista, o essencial é a conquista permanente de novas posições monopólicas e, por definição, capazes de gerar lucros extraordinários.

O núcleo do sistema interestatal formado pelas grandes potências sempre foi reduzido e com barreiras à entrada “bem estabelecidas” e, além disso, tal grupo apresentou uma composição relativamente estável no decorrer dos séculos. A partir do século XIX, o problema da concentração de poder teria se tornado ainda mais evidente com o grande aumento observado da formação dos novos Estados nacionais, a partir fundamentalmente de ex-colônias que, em geral, se tornaram “quase-Estados” e compuseram a periferia do SM.

Assim, desde o século XX, o SM possui um caráter hierarquizado e polarizado. A forma de colonização não é mais territorial e sim através da superioridade político-econômica e da força do capital financeiro do eixo central de poder. O problema das grandes potências, neste contexto, é manter-se no poder, enquanto o dos países da periferia é afirmar a própria soberania.

Fiori (1997) coloca quais são os limites da resistência contra a expansão do capital das nações mais poderosas. O primeiro deles, de natureza econômica, é o de que a acumulação da economia capitalista depende da competição interestatal. O segundo, de natureza ética e política, é que a “ausência de outros poderes e de uma capacidade efetiva de veto, não conduz na direção de uma soberania absoluta e benevolente (...), mas à arbitrariedade e ao fascismo em última instância”.¹⁴ O terceiro limite é o de que uma ordem política e econômica se mantém no longo prazo apenas se o Estado *hegemon* mantiver sua legitimidade perante os governados.

No SM existem alguns Estados periféricos, os “quase-Estados”,¹⁵ que não têm soberania real e estão subordinados aos interesses das grandes potências e não conseguem formar, autonomamente, a identidade nacional, moeda “forte” e sistema de dívida pública necessários para possibilitar a expansão da acumulação de capital e poder. Após a Guerra Fria, muitos “quase-Estados” sofreram mais diretamente a internacionalização da decisão de sua macroeconomia interna. Tal internacionalização, em direção a uma da macroeconomia liberal-conservadora, foi também um ato de vontade política interna de cada país. Este ato gerou uma “lenta e progressiva erosão da soberania interna (...) que pode ameaçar, de fato, a sobrevivência destes Estados nacionais”.¹⁶

A condição de quase Estado, aplica-se perfeitamente aos países da América Latina. A excessiva dependência histórica de capital, possibilitou a união entre os interesses expansionistas das potências hegemônicas com os grupos de interesses dominantes da periferia. Em geral, os grupos dominantes de tais países não tinham um projeto nacional industrializante que culminasse em bases sólidas de desenvolvimento econômico.

2. O “chute da escada” e o desenvolvimento

Conforme Fiori (2004) descreve, os modelos de desenvolvimento capitalista no século XIX sob hegemonia da Inglaterra sobre as “colônias brancas” - como EUA, Canadá, Austrália - e os países periféricos independentes - como os países latinos - não possibilitou que eles fizessem parte do eixo central de poder do SM. Portanto, a relação que tais países estabeleciam com a Inglaterra seria um fator criador de diferenças. Os países que fizeram *catch-up* através de políticas mercantilistas/ nacionalistas, como os EUA, a Alemanha e o Japão conseguiram porque seus projetos nacionais eram expansionistas, existia uma relação de complementaridade virtuosa acumulativa com o *hegemon*.

Tendo em vista o argumento de Lewis (1954) - de que a revolução industrial inglesa desafiou os outros

¹³Fiori, 2004.

¹⁴Fiori, 1997, p. 131.

¹⁵Fiori, 2004, p.49.

¹⁶Fiori, 1997, p. 140.

países no século XIX a fazerem o *catch-up* econômico e tecnológico através ou da imitação ou do comércio -, as circunstâncias políticas e econômicas externas e internas permitem entender porque muitos países se inseriram no comércio internacional como exportadores de bens primários e porque não usaram o excedente (caso tenha existido) para desenvolver-se.

Neste sentido, também Gilpin (1987) considera que as evidências sugerem que o comércio mundial agrava ou neutraliza conflitos, conforme forem as circunstâncias políticas. Algumas conseqüências políticas do comércio são a existência ou ausência de um poder dominante ou hegemônico que administra o sistema de comércio internacional; a taxa de crescimento econômico deste sistema e o grau de homogeneidade da estrutura industrial, que por sua vez determinaria a composição e distribuição das importações e das exportações. O autor afirma também que, em geral, o caráter das relações internacionais depende das configurações de poder e de interesses estratégicos entre os maiores e menores poderes do sistema.

A partir de uma abordagem histórico-estruturalista, as economias de mercado não tendem ao pleno emprego da mão-de-obra e nem à plena utilização do capital. O desenvolvimento se refere à formação completa da estrutura produtiva da economia e à ocupação de mão-de-obra entre os diferentes tipos de atividade econômica, ao aumento da produtividade agrícola e industrial, ao aumento do nível médio de salários, à capacidade de gerar e/ou adaptar-se às mudanças estruturais tecnológicas, à melhoria do nível de vida da sociedade através do acesso a serviços básicos como saneamento, moradia e transporte, à oferta de infra-estrutura (transportes, comunicação e energia), às coalizões de poder dentro dos Estados, às questões de relações e hierarquia de poder interestatal dentro do sistema internacional. No caso dos países periféricos, o desenvolvimento envolve necessariamente a mobilização e a organização dos recursos e aptidões necessárias para formar um sistema produtivo que supere as diferenças tecnológicas e de produtividade. Assim, a transformação social e econômica dos países atrasados requer um Estado capaz de formular e implementar políticas estatais que propiciem o desenvolvimento.

Chang (2004) sugere que os países desenvolvidos teriam “chutando a escada” dos países periféricos durante toda a história, impedindo-os de desenvolver-se. Um exemplo disso foi, nos anos noventa, a pressão para que os países atrasados adotassem políticas e instituições – como as propostas do Consenso de Washington. Estas reformas (neo)liberais são distintas das políticas intervencionistas adotadas pelos países avançados durante a sua transição para o desenvolvimento. A idéia neoliberal de que necessariamente haverá convergência se forem adotadas as políticas e instituições consideradas imprescindíveis pelo *establishment* para a promoção do desenvolvimento econômico nos dias de hoje, funciona como justificativa para a constante pressão que os países avançados realizam sobre os países em desenvolvimento para que se adequem aos “padrões mundiais”. Partindo então do fato de que na verdade o que tem se verificado como regra é a divergência entre os níveis de desenvolvimento econômico dos países já avançados e dos países ainda em desenvolvimento, propõe-se uma breve discussão da importância da adequação das políticas e instituições às especificidades de cada país para que a estratégia de desenvolvimento tenha possibilidades de ser bem sucedida.

Entretanto, segundo Chang, as políticas e instituições tão recomendadas hoje aos países em desenvolvimento não foram de fato empregadas pelos países desenvolvidos quando estavam em processo de *catching up*. Uma revisão histórica do desenvolvimento dos países avançados permite concluir que os países avançados não teriam alcançado tal condição se tivessem adotado desde sempre as políticas e instituições ditas “boas”. A política ortodoxa recomendada atualmente faz o possível para “chutar a escada”, pois impedir que as nações ainda em processo de desenvolvimento adotem políticas industrial, comercial e tecnológica diferenciadas constitui uma séria limitação ao seu desenvolvimento econômico.

A efetivação dos condicionantes internos mais importantes para o desenvolvimento perpassa pela existência de um Estado, sustentado por uma coalizão política interessada em promover um projeto nacional industrializante. Historicamente, a transição da maioria dos países industrializados avançados¹⁷ contou com uma ação dos Estados no sentido da proteção à indústria infante, cooperação regional, dinamismo municipal, diminuição do coeficiente de importações e aperfeiçoamento da educação para a elevação da produtividade em geral e expansão do mercado interno, com melhor distribuição de renda. E ainda, as políticas governamentais valeram-se de barreiras tarifárias, investimento em infra-estrutura, apoio à pesquisa e ao desenvolvimento.¹⁸

É fundamental, então, enfatizar e compreender a importância da coalizão social a favor de um projeto de desenvolvimento econômico, a qual, defende-se, trata-se de um condicionante interno fundamental para que um projeto nacional possa ser bem sucedido. Afinal, “para compreender adequadamente os resultados obtidos por tais

¹⁷ Bagchi, 2006.

¹⁸ Chang, 2004.

países – e, por conseguinte, a situação em que se encontram atualmente – é necessária a investigação tanto dos condicionantes externos quanto internos”. Ademais, vale destacar “a crucialidade da postura das diversas classes sociais, principalmente da elite dominante, na determinação da natureza do desenvolvimento sócio-econômico”. (Cardoso e Reis, 2007, p. 23)

Palma (2003) sugere que uma explicação realista para o desempenho e a inserção latino-americanos é que ao longo da história mesmo quando as políticas mudaram, as relações de poder e riqueza internas e externas continuaram a ser como sempre foi. Ou seja, a atuação político-econômica dos Estados nessa região sempre garantiu que o poder das elites perdurasse, atuando para sustentar sua posição e sua renda desproporcionalmente superior à das outras classes, sem enfrentar a dramática questão social.

Antes de encerrar a presente seção, vale destacar também a discussão feita por Kotz (2004) com relação à natureza e à eficácia das estratégias. O autor argumenta que tanto para uma transição econômica quanto para o desenvolvimento econômico, uma estratégia de transformação direcionada pelo Estado é superior à estratégia neoliberal. O autor adverte, entretanto, que o papel do Estado na economia por si só não garante o sucesso econômico, seja no desenvolvimento ou na transição. No entanto, a adoção da estratégia neoliberal seria ainda mais propensa à falha: na questão do desenvolvimento econômico, a falha da estratégia neoliberal tenderia a produzir estagnação; no caso da transição, a consequência de aderir à estratégia neoliberal poderia levar a um rápido movimento para trás, com colapsos econômicos e sociais nos piores casos.

Na Venezuela e na Bolívia experimentam-se novos modelos políticos econômicos que vislumbram uma nova possibilidade para o desenvolvimento dos países periféricos. Talvez seja a hora - e já se faz tarde – dos países latinos adotarem políticas econômicas nacionais progressistas e autônomas através de um pacto político realmente comprometido com um futuro melhor para a população, especialmente a mais pobre.

Conclusões

Buscou-se demonstrar neste artigo que a retórica neoliberal não vale para compreender o SM e o processo de desenvolvimento dos países atrasados, em que se pese o funcionamento do sistema capitalista internacional. A convergência da riqueza relativa das nações não é factível pois a competição e a (possibilidade de) guerra são os estabilizadores do SM. A acumulação de poder e riqueza por parte do ‘poder expansivo’ precisa de adversários e da possibilidade de ataque. O sistema globalizante é essencialmente desigual, porque a expansão das unidades capitalistas necessita de outras unidades ricas e poderosas, mas renova as desigualdades.

O respeito e a manutenção de regras estáveis defendido por institucionalistas empaca a acumulação de riqueza, pois é justamente a sua transgressão que gera oportunidades de lucros extraordinários. E, a despeito do que acreditam os liberais, o desenvolvimento das “economias-mundo” foi possível somente através de práticas intervencionistas. O liberalismo é o discurso apenas dos vitoriosos, conforme o próprio Adam Smith já havia deixado claro na obra *“A riqueza das nações”*.

Para a definição de quais são as estratégias, bem como as políticas e instituições mais adequadas para cada país, é crucial que se façam investigações históricas sérias, tanto com o intuito de aprender com experiências já realizadas quanto para incrementar o grau de complexidade e, por conseguinte, as chances de sucesso das estratégias de desenvolvimento econômico. E, ainda mais importante, o Estado tem um papel fundamental para promover o desenvolvimento de um país. Portanto, o tipo de coalizão política interna de cada país tem grande peso na determinação da trajetória de desenvolvimento a se trilhar.

Referências bibliográficas

- Arrighi, G. (1995). *O longo século XX*. Contraponto/ Unesp, Rio de Janeiro.
- Bagchi, A. (2006). "The developmental state under imperialism" in Jomo, K. S. (edit), *Globalization under hegemony*. Oxford University Press.
- Bielschowsky, R. (edit), *Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, vol 2, 2000.
- Cardoso, F. G, Reis, C. F. B. (2007). "A crucialidade dos condicionantes internos: o desenvolvimento comparado das colônias temperadas inglesas entre 1850 e 1930" in *XII Encontro Nacional de Economia Política*. Sociedade de Economia Política, São Paulo, 05 a 08 de junho de 2007.
- Chang, H. (2004). *Chutando a escada: estratégias do desenvolvimento um uma perspectiva histórica*, editora UNESP.
- Chesnais, F. (1996). *A Mundialização do Capital*. Xamã, São Paulo.
- Chibber, V. (2005). Reviving the developmental state? The myth of the 'national bourgeoisie' in *Socialist Register*.
- Elias, N. (1993/1939). *O processo civilizador*. Jorge Zahar editores, Rio de Janeiro.
- Fiori, J. L. (1997). "Globalização, hegemonia e império" in J.L Fiori (org), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Fiori, J. L. (1999). "De volta à questão da riqueza de algumas nações" in J.L Fiori (org), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Editora Vozes, Petrópolis.
- Fiori, J. L. (2004). "Formação, expansão e limites do poder global" in J.L Fiori (org), *O Poder Americano*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Gilpin, R. (1987). *The Political Economy of the International Relations*. Princenton University Press, Princenton.
- Hilferding, (1985). *O capital financeiro*. Nova Cultural, São Paulo.
- Kotz, D. M. (2004). The role of the state in economic transformation: comparing the transition experiences of Russia and China, University of Massachussets, October.
- Lewis, A. (1954). *The evolution of international order*. Londres : Allen & Unwin.
- Medeiros, C. A.; Serrano, F. (2001). "Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil" in Fiori, J. L. & Medeiros, C. A. (edits), *Polarização mundial e crescimento*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Palma, G. (2003). "Latin America during the second half of the twentieth century" in Chang, H (edit), *Rethinking development economics*, Anthem Press.
- Prebisch, R. (1949) "O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas" in Bielschowsky, R. (edit), *Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, v. 1, 2000.
- Tilly, C. (1996). *Coerção, capital e estados europeus*. Edusp, São Paulo.
- Wallerstein, I. (2004). *World system analysis*. Duke University Press, London.